



**“Reboa pelos Musseques o Som Surdo do Tan-Tan”
Expropriações, Apropriações e Agências Africanas
nos Carnavais de Luanda (1850-1950)**

**"Reboa pelos Musseques o Som Surdo do Tan-Tan"
Expropriations, Appropriations, and African Agencies
in the Carnivals of Luanda (1850-1950)**

Andrea Marzano¹

Artigo recebido em: 31/10/2023

Artigo aprovado em: 19/03/2024

Resumo: O artigo discute limites e possibilidades de acesso à “agência africana” através de representações jornalísticas dos agrupamentos carnavalescos formados nos musseques de Luanda durante o período colonial. Embora considere que o caráter “selvagem”, “exótico”, “tradicional” ou “folclórico” a eles atribuído diz mais sobre as visões de mundo dos jornalistas do que sobre as realidades que eles pretendiam retratar, defende a utilização da imprensa em busca de indícios sobre as experiências dos africanos e sobre a forma como eles expressavam, no Carnaval, suas esperanças, sua rebeldia e suas próprias percepções da realidade.

Palavras-chave: Carnaval Africano; Colonialismo; Angola; Agência Africana; Imprensa

Abstract: This paper discusses limits and possibilities of access to the “African agency” through journalistic representations of carnival groups formed in the musseques of Luanda during the colonial period. Although considers that the “wild”, “exotic”, “traditional” or “folkloric” character attributed to them says more about the worldviews of journalists than about the realities they intended to describe, defends the use of the press in search of evidence about the African’s experiences and the way they expressed, during Carnival, their hopes, their rebellion and their own perceptions of reality.

Key-Words: African Carnival; Colonialism; Angola; African Agency; Press.

¹ Professora de História da África da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio. Investigadora associada do Centro de História da Universidade de Lisboa. Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Lisboa. Endereço eletrônico: marzano.andrea@gmail.com



Introdução

Este artigo aborda desfiles carnavalescos de agrupamentos qualificados, na imprensa, como “gentílicos”, “nativos”, “indígenas” ou “africanos”, entre meados do século XIX e meados do século XX. Buscando ir além dos filtros das representações jornalísticas, pretende-se demonstrar que os diferentes segmentos enquadrados na caracterização genérica de africanos se apropriavam de elementos da cultura europeia, dinamizando hibridismos culturais e aproveitando momentos propícios à imposição de sua presença na cidade, a despeito das expropriações, da violência e do racismo que eram elementos não apenas constitutivos, mas definidores, da realidade colonial.

O objetivo não é propriamente apresentar uma cronologia dos desfiles, tampouco uma tipologia das diferentes manifestações carnavalescas encobertas pela designação genérica de “danças” ou “batuques”. Informações dispersas sobre o “carnaval africano”, retiradas de jornais luandenses publicados em um recorte cronológico amplo e perpassado por inúmeras transformações sociais, são usadas como veículos que conduzem à discussão de categorias centrais para a compreensão do colonialismo português em Luanda.

A propósito de carnavais e de africanos.

Apesar de prováveis origens pagãs, o Carnaval faz parte do calendário cristão. Marcado, desde a Idade Média, pelo riso, pela abundância e pela suspensão temporária da ordem e das hierarquias², antecedia a Quaresma, tempo de penitência e moderação em que os cristãos da Europa se preparavam espiritualmente para a Páscoa.

O Carnaval foi levado a Luanda pelos portugueses, como resultado da dominação colonial. Embora não saibamos exatamente quando, nem como, podemos imaginar que tenham sido europeus os primeiros foliões carnavalescos daquelas paragens.

Os africanos possuíam, evidentemente, suas próprias e múltiplas formas de diversão, mas antes da presença portuguesa não tinham razões para considerar que, contando as sete semanas anteriores ao domingo de Páscoa, encontrariam a terça feira de Carnaval.

Deveriam, então, os historiadores, se interessar por essa festa estrangeira, alheia às experiências e visões de mundo dos africanos? Ao investigarmos a história do Carnaval de Luanda, estaríamos adotando uma perspectiva colonial, situando os europeus como protagonistas?

² BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987, p.4-11.



Antes de responder essa pergunta, é preciso ter em conta que a utilização da expressão “africanos” é bastante problemática. A edificação das categorias e das representações genéricas de “africano”, “nativo” e “indígena”, agrupando populações distintas, foi parte do processo colonial de atribuição de um lugar de especificidade à realidade africana, em oposição à europeia. A criação da alteridade africana, associada à definição dos “africanos” como incivilizados, em contraponto aos europeus, buscava conferir consistência e legitimidade à dominação colonial, através da ideia de que cabia aos últimos a missão histórica de civilizar a África.³ A construção discursiva das diferenças envolveu, ainda, a imaginação europeia da natureza e dos povos tropicais como exóticos. Os “nativos” e a natureza das colônias eram qualificados como exóticos não por suas características intrínsecas, mas pelas projeções racistas e hierarquizantes do imaginário europeu que eram lançadas sobre eles.⁴

Apesar das dificuldades acima apontadas, utilizamos a expressão “africanos”, no presente artigo, para designar os negros e mestiços que viviam na colônia e que, embora divididos em diferentes estatutos sociais e categorias jurídicas, sofreram processos de racialização, expropriação e subalternização decorrentes da dominação colonial. Cabe ressaltar que a designação de “africanos” foi incorporada pelos próprios, em diferentes momentos, em meio à resistência contra as variadas formas de discriminação e expropriação que sofriam.

Onde estavam os africanos durante o carnaval?

Pelo menos desde meados do século XIX, quando a população total de Luanda era de 12.565 pessoas, sendo 6.020 escravizados, 5.305 “pretos e pardos livres” e 1.240 brancos⁵, já existia um Carnaval africano. Em fevereiro de 1857, o Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola comentou que “danças e máscaras, mais ou menos engraçadas”, circularam “por todas as ruas da cidade”. O carnaval daquele ano também foi assinalado por banquetes nas residências das elites, onde “passaram-se as noites no delírio inocente das contradanças, valsas e polcas”.⁶

Embora seja possível imaginar que os grupos que tomaram as ruas fossem, ao menos em parte, compostos por europeus, há indícios que sugerem tratar-se, sobretudo, de africanos. Em primeiro lugar, porque a diversão das ruas é contraposta, no artigo citado, aos “banquetes” nas “casas

³ MENESES, Maria Paula G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. *E-Cadernos CES*, 2010, p.78.

⁴ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.2.

⁵ FERREIRA, Roquinaldo. Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860). *Afro-Ásia*, n.21-22, 1998-1999, p. 9-44.

⁶ O Carnaval. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Luanda, 28 fev. 1857, p.2.



particulares” e às “Soirées da Sociedade Dramática”, que reuniam as elites.⁷ Em segundo lugar porque a designação de “danças”, utilizada pelo jornalista, foi sistematicamente associada até meados do século XX, na imprensa luandense, às diversões carnavalescas dos africanos. Também o folclorista Óscar Ribas utilizou a expressão “danças” como sinônimo de “mascaradas”, “folguedos carnavalescos” dos “naturais” de Luanda.⁸

No início do século XX, os agrupamentos carnavalescos foram frequentemente referidos como “danças gentílicas”, em alusão aos “gentios”, como eram designados, sobretudo, os africanos recém-chegados do interior, que não dominavam com desenvoltura códigos culturais europeus. Posteriormente, os agrupamentos passaram a ser nomeados como “danças indígenas”, aludindo à definição jurídica dos africanos considerados “não civilizados”, ou seja, não assimilados à cultura europeia, que, de acordo com a política do indigenato, eram sujeitos a tribunais privativos, regidos pelos costumes locais, ao pagamento do “imposto indígena”, à punição por “vadiagem” e a diferentes modalidades de trabalho compulsório, em condições análogas à escravidão.⁹

Através da análise de jornais luandenses, bem como dos trabalhos que tiveram o Carnaval de Luanda como foco principal¹⁰, é possível afirmar que os africanos, inclusive aqueles enquadrados juridicamente como indígenas, atribuíram sentidos próprios ao período momesco, entendendo-o como um momento propício para ocupar os espaços públicos com seus cantos, danças e batuques, que nos dias comuns, durante o período colonial, eram recorrentemente reprimidos pelas autoridades.

⁷ Que, entretanto, naquela época ainda contavam com uma parcela de negros e mestiços, cujas famílias eram historicamente envolvidas no tráfico transatlântico de escravizados.

⁸ RIBAS, Óscar. *Izomba*. Associativismo e recreio. Luanda: Tipografia Angolana, 1965, p.43.

⁹ A política do indigenato foi instituída a partir de fins do século XIX, envolvendo leis, decretos e portarias emanados na metrópole, e documentos legais aprovados nas colônias, tendo como linha mestra a imposição do trabalho, na economia colonial, aos africanos. As expressões máximas dessa política, já no século XX, foram os decretos que estabeleceram o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África*, de 1928, o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas*, de 1929, e o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, de 1954. Sobre a legislação laboral do período colonial, ver, entre outros, VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O Estatuto do Indigenato*. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006, p.87-94; BENDER, Gerald. *Angola sob domínio português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004; TORRES, Adelino. *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991; NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 1997, p.327-359.

¹⁰ RIBAS, Óscar, op.cit.; REDINHA, José. O carnaval de Luanda. Curiosa tradição a manter e valorizar. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, n.30, 1971, p. 5-7; REDINHA, José. A tradição carnavalesca de Luanda. *Luanda*. Boletim do grupo “Amigos de Luanda”, ano III, n. 9, 1970, p. 12 -14; REDINHA, José. O carnaval de Luanda. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, n.22, 1969, p. 21- 22; BIRMINGHAM, David. Carnival at Luanda. *The Journal of African History*, v.29, n.21, p.93-103, 1988; CARVALHO, Ruy Duarte de. Futebol e carnaval. *Ana A Manda*. Os filhos da rede. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p.225-252; FERREIRA, Roldão. *Carnaval. A maior festa do povo angolano*. Luanda: Ministério da Cultura / Instituto Nacional da Indústrias Culturais, 2015; MARZANO, Andrea. “Nossa dança, nossos pais, nossos filhos”. Apontamentos para uma história social do carnaval luandense. *Revista TEL*. Tempo, Espaço, Linguagem, v.7, n.2, jul.-dez. 2016, p.67-88.



As autoridades e os batuques: tentativas de controle, perspectivas de tolerância

As tentativas de restringir a presença africana nas áreas centrais de Luanda, expressas em medidas de controle sobre danças e batuques, simbolizavam um projeto de remodelação da cidade que tendia, claramente, à segregação. Neste modelo ideal, as regiões centrais abrigariam bairros residenciais exclusivos para europeus, além uma zona comercial em que os africanos circulariam, apenas, em situações de trabalho. Tal perspectiva acompanhou a crescente presença de colonos a partir de fins do século XIX, e com maior ênfase na década de 1920, tornando-se especialmente marcante, na imprensa, nas décadas de 1930 e 1940. Assim, em janeiro de 1933, o jornal *A Província de Angola* criticou, em pelo menos duas ocasiões, o descumprimento da proibição de “trânsito de pretos descalços, esfarrapados e sujos pelos passeios”, e em 1938 o *Diário de Luanda* condenou a permanência de “pretos andrajosos, uns criados nas imediações, outros vadios”, nos bancos da Avenida Salvador Correia, incomodando as “numerosas famílias” que ali passeavam após o jantar.¹¹

A atenção crescente das autoridades sobre as danças e batuques, fora do período carnavalesco, pode ser acompanhada nas Posturas Municipais de Luanda. Batuques e danças não foram mencionados no Código de Posturas de 1871, embora este determinasse “pena de 3 dias de prisão [a] todo o que dirija palavras obscenas ou use de cantigas lascivas no caminho público, de modo que seja ouvido pelos que transitem”. Caso os contraventores fossem “criados de servir ou libertos”, as multas deveriam ser pagas pelos “amos”. Entretanto, poderiam ser substituídas por trabalho nas obras municipais ou por prisão na cadeia pública.¹² O Código de Posturas de 1913 também não mencionava batuques e danças.¹³

Contrastando com os anteriores, o Código de Posturas Municipais de 1918, em seu capítulo VIII, dedicado aos “Divertimentos públicos”, determinava:

Art. 64º - Não é permitido fazer batuques, danças ou quaisquer divertimentos gentílicos, em lugares públicos, conforme os usos permitidos, sem prévia licença da autoridade administrativa local e pagamento da taxa municipal estabelecida, sob pena de multa (...) além das penalidades em que possam incorrer os transgressores pelos regulamentos da polícia administrativa.¹⁴

¹¹ MARZANO, Andrea. “O que não é segredo não se pode descobrir”. *A imprensa e o cotidiano colonial em Luanda. Africana Studia*, n.30, jul.-dez. 2018, p.87-89.

¹² CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas e Regulamento do Cemitério do Município de Luanda*. Luanda: Tipografia Mercantil, 1871, p.40.

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas*. Luanda: Imprensa Nacional, 1913.

¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas e regulamento de administração e polícia municipal na área de postos civis no Concelho de Luanda*. Tabela dos rendimentos municipais a cobrar na área dos mesmos postos. Aprovados por Acórdão do Conselho da Província, nº 78, de 1 de Julho de 1918. Luanda: Imprensa Nacional, 1917-1918, p.16.



A Tabela dos Rendimentos Municipais estipulava o valor da “licença para reunião de diversas pessoas em determinado local ou habitação, com o fim de se divertirem com batuque ou outras festividades indígenas, conforme os usos e costumes permitidos, por cada período até três dias”. Caso fossem vendidas bebidas durante o divertimento, eram cobradas taxas diárias adicionais.¹⁵

Em paralelo às tentativas de controle da presença africana na cidade, existiam situações – como comemorações cívicas, visitas de estrangeiros ou de autoridades – nas quais as danças e batuques eram, ao menos desde os oitocentos, encorajadas pelos governantes. Do ponto de vista dos europeus, tais batuques tinham o sentido de mostrar ao “mundo civilizado” aspectos “exóticos” das populações “nativas”, e seu reconhecimento simbólico do poder colonial.¹⁶ Para os africanos, evidentemente, os batuques tinham outros sentidos, ao menos em parte transpostos para o período carnavalesco.

É possível sugerir que o aumento das tentativas de controle sobre os batuques e danças no espaço urbano luandense, manifestado nas Posturas Municipais de 1918, tenha provocado sua crescente migração para o período carnavalesco, quando as regras cotidianas se tornavam mais frouxas. Tal hipótese pressupõe uma reflexão sobre os possíveis significados da “agência” e, em um recorte mais específico, da resistência africana diante da imposição colonial.

Sobre “agências” e “resistências”: algumas considerações teóricas

Nas décadas de 1960 e 1970, a ideia de resistência marcou grande parte da produção historiográfica sobre o continente africano, que buscou estabelecer tipologias e suas temporalidades. A efervescência das lutas de libertação nacional e da construção de países independentes estimulou os historiadores a explicarem-nas recorrendo ao passado, ao mesmo tempo em que “se fazia necessário devolver ao africano o caráter de agente da sua própria história”.¹⁷

Apesar das diferenças entre suas abordagens e propostas teóricas, autores como Basil Davidson, Terence Ranger, Albert Adu Boahen, Ali Mazrui, Henry Mwanzi, Allen Isaacman e Jan Vansina compartilhavam a ideia da existência de vínculos entre as manifestações de resistência africana do século XIX e aquelas que assumiriam caráter nacionalista e independentista em meados

¹⁵ Id., *ibid.*, p.29.

¹⁶ Ver PEREIRA, Matheus Serva. Entre o subsídio e a subversão: apropriações, negociações e resistências ao redor dos ‘batuques’ e das ‘danças nativas’. *Grandiosos batuques*. Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020, p.293-356.

“Batuques indígenas” foram realizados em festas cívicas também no século XX. Sobre “batuques indígenas” em comemorações cívicas em Cabinda, ver *Diário de Luanda*, Luanda, 7 fev. 1945, p.3. A exibição de batuques para autoridades também não ocorreu exclusivamente nas colônias portuguesas. Sobre a apresentação de batuques zulus na União Africana para a família real britânica, ver *Diário de Luanda*, Luanda, 17 de mar. 1947, p.6.

¹⁷ PAIVA, Felipe. O conceito de resistência na África Colonial: recompondo um paradigma. *Anos 90*, v.26, 2019, p.2.



do século XX. Esse “argumento nacionalista” encontrou oposição em autores como Edward Steinhart, Sherry Ortner e Frederick Cooper, que criticaram a visão teleológica da resistência africana e refletiram sobre a complexa articulação entre resistência e colaboração, reforçando a possibilidade de variadas formas de “agência africana” na situação colonial.¹⁸

O colonialismo representou, para os africanos, um pacote de violência, exploração e expropriações. Trouxe consigo a desvalorização de saberes, práticas e costumes, e a imposição de um modelo de civilização que, não por acaso, era o europeu.¹⁹ Em uma situação francamente desfavorável, a “agência” dos africanos não foi pautada necessariamente pela recusa absoluta de tudo o que chegava pelas mãos de colonos e autoridades, mas se deu muitas vezes através da apropriação seletiva de práticas, saberes, ideias, objetos e costumes.

Isso não aconteceu apenas nas colônias portuguesas, tampouco se manifestou apenas no terreno das trocas culturais. Frederick Cooper menciona uma greve geral em Dacar, ocorrida em 1945, em que grevistas africanos se apropriaram do modelo de trabalhador universal e do ideário de unidade do Império Francês, em uma atuação decisiva para que as autoridades francesas aceitassem, de forma mais franca, as alegações contra o trabalho forçado.²⁰

Também em Angola a “agência africana” nem sempre se manifestou através da rejeição absoluta de valores, produtos e códigos culturais europeus. É mais do que sabido que, até o século XIX, uma pequena parte dos negros e mestiços nascidos em Angola, muitos deles filhos ou netos de portugueses, mas cujas mães eram africanas, se apropriaram da língua, do cristianismo e de outros elementos centrais da cultura europeia, tornando-se importantes na dinâmica do tráfico transatlântico de escravizados e na própria administração colonial.²¹ Essa foi, certamente, uma forma de “agência africana”, entretanto distante das possibilidades e da realidade da grande maioria dos habitantes de

¹⁸ Id., *ibid.*, p.2-11.

¹⁹ Tal imposição, no entanto, permaneceu mais no terreno do discurso do que na concretização de uma política sistemática de assimilação dos africanos à cultura europeia, que exigiria, por exemplo, investimentos consistentes na instrução primária, que na prática foi amplamente deixada a cargo das missões religiosas.

Desde o século XIX existiram, em Portugal e nas colônias, diferentes correntes de opinião a respeito da educação dos africanos: a primeira, surgida ainda na primeira metade do século XIX, marcadamente liberal, preconizava a disseminação da instrução primária sem distinção entre africanos e europeus; a segunda, surgida em fins daquele século, sob influência do darwinismo social, negava a possibilidade de educação dos africanos por métodos não coercitivos, em função de suas supostas características intrínsecas; a terceira, consolidada entre fins do século XIX e os anos 1930, postulava a necessidade de um modelo próprio de educação dos africanos. A força desta terceira corrente explicaria o papel fundamental das missões religiosas na instrução de parte das populações africanas, durante o Estado Novo. PAULO, João Carlos. Da educação colonial portuguesa ao ensino no Ultramar. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (org.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, v.1, p.310-313.

²⁰ COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão: imperialismo e mão-de-obra livre na África. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.261.

²¹ DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.1, jan.-jun.1984, p.62-63.



Luanda (para não dizer, evidentemente, de Angola, já que a presença portuguesa era então limitada a um corredor litorâneo entre Luanda e Benguela, com frágeis prolongamentos no interior próximo).

Diferentes estudiosos têm demonstrado que descendentes destas famílias luandenses foram atuantes na “imprensa africana” do final do século XIX e do início do século XX, protestando contra o envio de naturais da metrópole para a ocupação de cargos públicos, contra o avanço da discriminação racial no terreno legislativo e contra a persistência de formas disfarçadas de escravidão.²² Reunidos em associações como a Liga Angolana, o Grêmio Africano e a Liga Nacional Africana, esses intelectuais defendiam que cabia às autoridades coloniais promover a instrução formal dos “nativos”, em moldes europeus.

Embora também protagonizasse uma forma possível de “agência africana”, essa parcela urbanizada e intelectualizada da população negra da colônia, que se autodenominava filha do país, filha da terra ou angolense, permanecia distante, em termos de identidade e de condições de existência, das massas nativas.

Embora representassem uma pequena parcela da população da colônia, os filhos do país têm recebido uma considerável atenção dos historiadores, sobretudo pelo fato de terem deixado fontes escritas, de próprio punho, que registram seus projetos, suas críticas, suas reivindicações ou, em outras palavras, sua “agência”. Quando se trata das massas africanas, as fontes escritas de próprio punho se tornam mais escassas. Além de serem fontes “exteriores”, produzidas por indivíduos que não compartilhavam a maior parte das suas experiências, trata-se, frequentemente, de fontes hostis, sobretudo se considerarmos que até mesmo a “imprensa africana” por vezes referiu-se pejorativamente a costumes e práticas alheias aos códigos culturais europeus.²³

A imprensa e o Carnaval.

²² DIAS, Jill, op.cit.; BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999; RODRIGUES, Eugénia. *A geração silenciada. A Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003; LOURENÇO, João Pedro. A dinâmica e o estatuto dos jornalistas em Angola no período da “*Imprensa Livre*” (1866-1923). Comunicação apresentada na União dos Escritores Angolanos em 14 abr. 2004. Disponível em: [academia.edu/39068891/A_dinamica_e_o_estatuto_dos_jornalistas_em_Angola_no_periodo_da_Imprensa_Livre_186_6_1923_]. Acesso em: 17 out. 2023; WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009; RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880-1910): convergência e autonomia*. Dissertação de Mestrado em História de África. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012; MORENO, Helena Wakim. *Voz de Angola Clamando no Deserto. Protesto e Reivindicação em Luanda (1881-1901)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; SANTOS, Eduardo Estevam. *Imprensa, raça e civilização: José de Fontes Pereira e o pensamento intelectual angolano no século XIX*. *Afro-Ásia*, n. 61, 2020, p. 118-157.

²³ Ver, por exemplo, AZEVEDO, Elisa Dias Ferreira de. *O complexo cultural luandense oitocentista*. Reflexões sobre o papel da religião católica na conformação dos filhos da terra. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.105.



A investigação sobre o Carnaval pode ser uma oportunidade de aproximação às experiências e estratégias dos que eram (des)qualificados como indígenas. Jornais luandenses, inclusive aqueles fortemente identificados com o universo colono – como A Província de Angola, o Última Hora e o Diário de Luanda²⁴ – comentaram os diferentes divertimentos carnavalescos na primeira metade do século XX, tornando-se fontes riquíssimas para o estudo do Carnaval africano, inclusive dos segmentos menos favorecidos. Jornalistas deixaram registradas, nas páginas da imprensa, suas impressões sobre o que acontecia – nas zonas centrais e nos musseques – durante a quadra carnavalesca.²⁵

A maior parte dos jornalistas da primeira metade do século XX referiam-se aos agrupamentos e seus desfiles como parte de um universo que lhes era estranho. Em 5 de março de 1935, V.H. publicou, no “trissemanário republicano” Última Hora²⁶, uma análise pessoal sobre o Carnaval do seu tempo. Embora aparentemente tenha se esforçado para elucidar o sentido das “danças” para os seus participantes, não disfarçou seu afastamento do objeto analisado, construindo uma imagem exótica, objetificada e sexualizada atribuída aos africanos.

Reboa pelos Musseques o som surdo do tan-tan. Esganiçadas perdem-se no ar as notas bravias duma cantiga gentílica. Girando a roda cerrada, sapateia ao compasso do bombo. Corpos suados rebrilham à luz violácea dum gásômetro barato. É o tal lugar comum de duas raças que se atraem. Eu prefiro dizer dois sexos. Rodando sempre em torno do tan-tan os pares gingam num sensualismo ludibrico [sic] que o cansaço aumenta! Há movimentos de quadris, tentações que o espaço não iluminado acalma.

Aqueles mesmos pretos que amanhã estarão humildes e serviçais nos seus serviços, saracoteiam-se agora felizes, libertos do olhar do patrão exigente. Quarta-feira, – e a alegria morreu!

Esquecidos das dores e misérias da sua raça, as suas próprias, bailam despreocupadamente.

E isto o que é? É o Carnaval dos Párias.²⁷

Às danças carnavalescas dos africanos foram associadas, especialmente na década de 1910, características de primitivismo, barbárie, selvageria, ausência de valor estético, artístico e musical. Em 4 de março de 1911 um jornalista de A Reforma²⁸ comentou.

²⁴ A Província de Angola foi fundado em agosto de 1923 pelo português Adolfo Pina. Foi, inicialmente, um semanário, e depois bi-semanário. Em outubro de 1926 tornou-se diário da tarde, em formato pequeno. Em agosto de 1933 passou a diário da manhã, em formato grande. Segundo Lopo, inaugurou a fase do jornalismo industrial e profissional em Angola. LOPO, Julio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p.99.

²⁵ Musseques eram, e ainda são, bairros periféricos, com muitas construções que fazem uso de materiais improvisados e carência de saneamento básico. Seu crescimento acompanhou o incremento da população de origem europeia, nos anos 1920 e 1930, e a expropriação das zonas centrais para a formação de bairros exclusivos para colonos.

²⁶ O Última Hora foi fundado em 11 de novembro de 1930 (LOPO, op.cit., p.117). Em 1935, se apresentava como “jornal republicano da tarde”, sendo publicado às terças, quintas e sábados (*Última Hora*, Luanda, 12 jan. 1935, p.1). Passou a se chamar Diário de Luanda em 1 de agosto de 1936 (LOPO, op.cit., p.117). De “feição pró-governamental”, era dotado de recursos técnicos modernos, oferecendo representações gráficas de boa qualidade (MELO, A. Borges de. *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Rio de Janeiro: Mundinter, 1985, p.94).

²⁷ V.H. A minha zagaia. O Carnaval. *Última Hora*, Luanda, 5 mar.1935.

²⁸ O primeiro número do semanário republicano A Reforma é datado de 1 de dezembro de 1910. Nele, o jornal é apresentado como órgão do Partido Reformista de Angola (*A Reforma*, Luanda, 1 dez. 1910, p.1). Fundado em novembro de 1910 para disputar as eleições para representantes da colônia no parlamento português, que redigiria a primeira constituição republicana, o PRA defendia a autonomia legislativa, orçamental e fiscal da colônia, sem o rompimento do



O peregrino, prático e observador, que n'um dos três dias de carnaval desembarcasse na capital e percorresse as suas ruas, julgá-la-ia, com inteira justiça, n'um estado ainda semibárbaro.

As danças, no ritmo monótono e exótico do ... catapum... pum... pum, requebradamente lascivas, acompanhadas com gritos guturais, e esgares de uma alegria epilética, patentear-lhe-iam bem a seus olhos, n'essa manifestação selvagem, o estado de atraso.

Luanda está carnavalescamente desacreditada!...²⁹

Por outro lado, nas décadas de 1930 e 1940 houve um interesse crescente de jornalistas pelos desfiles dos agrupamentos carnavalescos, que naquela altura, em função da expropriação das zonas centrais para a moradia de colonos, eram formados nos musseques, para onde se deslocaram os africanos. Entretanto, frequentemente eles foram apreciados como manifestações do folclore local e, portanto, como pares diametralmente opostos de expressões carnavalescas dos colonizadores, tidas como modernas. Essa perspectiva estimulou a organização, pelo Diário de Luanda, com apoio de importantes autoridades coloniais, de um “festival carnavalesco” em 1937, prevendo, entre outros números, um desfile de “danças indígenas”.³⁰

A perspectiva folclórica exerceu forte influência sobre os jornalistas nas décadas de 1930 e 1940, que apresentavam alguns “costumes indígenas” como sobrevivências de um passado imemorial, que, no entanto, tendiam à extinção. Esses costumes foram frequentemente qualificados como “tradicionais”, em um movimento que esvaziava os sentidos contemporâneos, sempre mutáveis, que lhes eram atribuídos pelos africanos.

O historiador que pretenda estudar o Carnaval africano de Luanda na primeira metade do século XX precisa, naturalmente, estar atento ao fato de que o caráter “selvagem”, “exótico”, “tradicional” ou “folclórico” a ele atribuído pelos jornalistas diz mais sobre as visões de mundo destes últimos do que sobre as experiências e expectativas dos que dele participavam. Ainda assim, com o devido cuidado, é possível encontrar aqui e ali, nos textos jornalísticos, indícios sobre as diversas práticas carnavalescas dos africanos, e até mesmo, com alguma sorte, da forma como eles expressavam, no Carnaval, suas esperanças, sua rebeldia e suas próprias percepções da realidade.

Para o final da década de 1960, é possível ter acesso a textos que, embora jornalísticos, demonstram intimidade com os agrupamentos carnavalescos. A colaboração de Teófilo José da Costa, conhecido como Cu de Palha, na Tribuna dos Musseques³¹, expressa as impressões de um ativo

vínculo com a metrópole (FREUDENTHAL, Aida. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.8 e 9, jan.-dez. 1988, p.28-31). O último número de *A Reforma* saiu em 17 de fevereiro de 1912, anunciando também o fim do partido (*A Reforma*, Luanda, 17 fev. 1912, p.1).

²⁹ L.C. Crônica do Carnaval. *A Reforma*, Luanda, 4 mar. 1911, p.3.

³⁰ As nossas iniciativas. O Carnaval não morreu! O Diário de Luanda promove por ocasião do Entrudo interessantes festas de beneficência. *Diário de Luanda*, Luanda, 4 jan.1937, p.1.

³¹ A Tribuna dos Musseques foi lançada em 1967, inicialmente como um suplemento do ABC Diário de Angola. Em 1969 passou a ser uma publicação isolada. Juntamente com a Rádio Voz de Angola, criada em 1968, era um instrumento da Ação Psicossocial, levada adiante pelo Conselho de Orientação e Ação Psicológica, órgão que abrigava as mais importantes autoridades civis e militares portuguesas no combate aos movimentos de libertação. A Ação Psicossocial



participante de vários agrupamentos carnavalescos desde a década de 1930. Seus textos revelam um olhar muito íntimo do objeto retratado, sendo recheados de lembranças do tempo em que ele próprio desfilaria nos grupos formados nos musseques.³² Teófilo José da Costa era filho de um funcionário dos Correios que esteve entre os fundadores da Liga Nacional Africana, e também irmão mais velho do músico Carlos Lamartine.³³

A propósito de Cu de Palha: a composição social dos agrupamentos e a inadequação dos binarismos à sua compreensão

A participação de Cu de Palha nos agrupamentos da década de 1930 sugere uma reflexão sobre sua composição social, a despeito de sua caracterização como “danças indígenas”. De acordo com a legislação, indígena era, por definição, o africano que vivia nas aldeias, sob a jurisdição de “chefes indígenas”.³⁴ Definição mais complexa foi proposta pelo Estatuto de 1954, que mencionou a “preocupação de, sem enfraquecer a proteção legal dispensada ao indígena, considerar situações especiais em que ele pode[ria] encontrar-se no caminho da civilização”.³⁵ Reforçava-se, assim, que a categoria “indígena” abarcava situações muito diversas, desde os africanos que viviam em “agregados políticos tradicionais”, sob a jurisdição dos “regedores indígenas”, até os que trabalhavam nas cidades e viviam em suas periferias, que podiam ser fortemente influenciados por códigos culturais europeus.

Em Luanda, muitos dos que eram enquadrados juridicamente como indígenas falavam português, sabiam ler e escrever, usavam talheres e trajes europeus e viviam em residências que buscavam ao menos reproduzir, na medida de suas possibilidades, a arquitetura europeia. Em outras palavras, embora preenchessem quase todos os requisitos para serem considerados assimilados, não tinham cumprido os trâmites burocráticos exigidos para o reconhecimento jurídico da assimilação. Assim, o número de africanos que obtiveram os direitos da cidadania portuguesa através da assimilação foi sempre muito reduzido, estando em torno de 1% em 1950.³⁶

visava reforçar, entre os angolanos, o sentimento de pertença ao mundo português, afastando-os do poder atrativo dos movimentos de libertação. BITTENCOURT, Marcelo. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). *Análise Social*, n. 225, 2017, p. 887-888.

³² *Tribuna dos Musseques*, Luanda, 20 fev. 1969, p.11.

³³ LAMARTINE, Carlos. Hoje para se gravar um disco é preciso bajar. Entrevista com Carlos Lamartine, realizada por Dani Costa. *O País*, Luanda, 02 jul. 2021, p.24.

³⁴ MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto nº 12.533, de 23 de outubro de 1926, que estabeleceu o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*. Disponível em: [<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/12533-1926-161554>]. Acesso em 14 set. 2022; MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto nº 16.473, de 6 de fevereiro de 1929, que estabeleceu *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*. Disponível em: [<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/16473-357495>]. Acesso em 14 set. 2022.

³⁵ MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954, que promulgou o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Disponível em: [<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/39666-1954-635399>]. Acesso em 14 set. 2022.

³⁶ BENDER, Gerald. *Angola sob domínio português: mito e realidade*, op.cit., p.218.



Sendo assim, é possível sugerir que, embora os desfiles de que trata este artigo fossem caracterizados como “danças indígenas”, seus componentes podiam pertencer a segmentos sociais diversos. Desde os que tinham pouca familiaridade com a língua portuguesa e a vida na cidade, passando pelos que, embora juridicamente classificados como indígenas, tinham empregos regulares e viviam há algum tempo na capital da colônia, até os que preenchiam quase todos os requisitos para serem classificados como assimilados, sem, no entanto, possuírem alvará. Também assimilados “de direito”, e talvez até alguns brancos, sobretudo pobres, moradores dos musseques, podiam participar de agrupamentos carnavalescos. O que não deve ser confundido com ausência de hierarquias e conflitos raciais, elementos definidores da sociedade colonial.

De fato, a denominação genérica de “danças indígenas” encobre agremiações com características diversas, no que dizia respeito ao número de componentes (que podia ir de cinco ou seis a quase duzentos foliões)³⁷, origem social, grau de organização, etc. Algumas delas, como a Cidrália, que marcou época nos anos 1930, parecem ter contado com a participação de muitos africanos dotados de instrução formal, como o próprio Cu de Palha, que esteve entre os fundadores daquela agremiação.³⁸ Uma parcela dos agrupamentos designados como “danças indígenas” continha, entre seus componentes, foliões provenientes de famílias assimiladas, de fato ou de direito.

A dificuldade de definição, a partir de fontes jornalísticas, do estatuto social dos participantes dos diferentes agrupamentos carnavalescos, reflete, em parte, a imprecisão do termo “indígena”, sobretudo quando usado fora do contexto jurídico. Não é demais ressaltar que a qualificação de diferentes agremiações sob um mesmo termo genérico – “danças indígenas” – diz mais sobre a visão de mundo da maioria dos jornalistas do que sobre seus componentes.

A visão excessivamente binária da sociedade colonial, sobretudo quando associada à homogeneização de cada um dos pares opostos – colonizador/colonizado; dominação/resistência; modernidade/tradição –, tem sido amplamente problematizada por estudiosos, por limitar a compreensão das formas de difusão e contestação do poder.³⁹ A história dos agrupamentos carnavalescos, com suas alianças e rivalidades,⁴⁰ demonstra que os africanos, classificados genericamente como assimilados e indígenas, não formavam um ou mesmo dois blocos homogêneos. Por outro lado, a análise das diferentes representações sobre os desfiles revela não apenas tendências

³⁷ RIBAS, Óscar. *Izomba*, op.cit., p.65-122.

³⁸ LAMARTINE, Carlos. *Hoje para se gravar um disco é preciso bajular*. Entrevista com Carlos Lamartine, realizada por Dani Costa. *O País*, Luanda, 02 jul. 2021, p.24.

³⁹ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.21; COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. *Anos 90*, v. 15, n. 27, jul. 2008, p.23.

⁴⁰ RIBAS, Óscar, op.cit., p.1.



gerais de cada momento, mas também simpatias e aversões particulares. Também os europeus, entre os quais estava a maioria dos jornalistas dos anos 1930 e 1940, não eram todos iguais.

Naquelas décadas também viviam em Angola portugueses avessos ao regime salazarista, alguns deles exilados da metrópole. Parte deles se reunia na Sociedade Cultural de Angola, fundada em 1942, onde eram debatidas e criticadas as orientações metropolitanas e a censura. Alguns atuavam na imprensa, outros eram professores do Liceu Salvador Correia, onde influenciaram a formação de alguns dos primeiros nacionalistas angolanos.⁴¹ A heterogeneidade do universo colono, e a participação de assimilados na imprensa, talvez expliquem a existência de representações diferentes sobre os desfiles carnavalescos dos agrupamentos dos musseques, embora seja possível traçar tendências predominantes em cada recorte do período estudado.

A crítica aos binarismos homogeneizantes não deve obscurecer, evidentemente, o fato de que a dominação colonial gerou uma linha divisória claramente demarcada, pautada no racismo, que permitiu, mesmo que em diferentes níveis de violência e expropriação, a subalternização dos africanos. Como afirma Felipe Paiva em sua crítica à perspectiva de Frederick Cooper e Sherry Ortner, o lugar social de “colonizado” subordinava, na vida prática, mais uns do que outros, sem deixar de sangrar a todos.⁴²

Cortejos e percursos

Após esta longa explanação, é possível retomar a pergunta formulada no início deste artigo. Onde estavam os africanos durante o Carnaval?

Estavam, majoritariamente, nas ruas, em animados cortejos organizados por agrupamentos que, pelo menos desde o início da década de 1910, ensaiavam durante os meses de janeiro e fevereiro, antes do Carnaval. Desfilavam com ngomas (tambores), puítas (cuícas), cornetas e apitos. Na década de 1940 podiam somar-se, a esses instrumentos, pistons, saxofones e trombones.⁴³

De início, percorriam as ruas do centro da cidade, mas pelo menos entre as décadas de 1910 e 1940 enfrentaram tentativas de controle das autoridades, que buscaram delimitar as áreas a serem percorridas e os horários permitidos. Em função da regulamentação, em 1933, entre 1938 e 1942 e entre 1946 e 1947, os agrupamentos permaneceram nos musseques.⁴⁴

⁴¹ BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas*, op.cit., p.117.

⁴² PAIVA, Felipe, op.cit., p.9.

⁴³ Recordações de há 10 anos. Ecos do carnaval nos musseques de Luanda. Como se deu o caso do bacalhau. *Diário de Luanda*, Luanda, 27 fev. 1949, p.2.

⁴⁴ O Carnaval. Terça feira gorda. *A Província de Angola*, Luanda, 1 mar. 1933, p.2; O Carnaval dos musseques. *Diário de Luanda*, Luanda, 27 fev. 1938, p.2; Violenta desordem. *Diário de Luanda*, Luanda, 24 jan. 1939, seção Pela Cidade, p.4; Efeitos do Carnaval. *Diário de Luanda*, Luanda, 7 fev. 1940, seção Pela Cidade, p.4; O carnaval em Luanda. *Diário*



Em 1935, um jornalista de A Província de Angola abordou a programação dos batuques carnavalescos nos musseques.⁴⁵ Dois dias depois, o mesmo jornal comentou as diversões carnavalescas na avenida Brito Godins⁴⁶, revelando que os “grupos dos musseques, do Maculusso, das Ingombotas”, também passaram por lá.⁴⁷

A referência do jornalista a agrupamentos carnavalescos oriundos das Ingombotas é um indício significativo de sua variada composição social. Segundo Washington Nascimento, o bairro das Ingombotas ainda abrigava, nas primeiras décadas do século XX, descendentes de importantes famílias da terra, que até o século XIX foram parte das elites da cidade.⁴⁸ Com o crescimento da população colona, tais famílias tenderam a ser afastadas das Ingombotas, partindo para os musseques ou para o Bairro Operário.⁴⁹ Considerando que os agrupamentos carnavalescos se formavam nos bairros de moradia de seus componentes, é plausível supor que os que em 1935 partiam das Ingombotas fossem formados majoritariamente por assimilados, de fato ou de direito.

Em 1936, os agrupamentos se deslocaram por toda a cidade⁵⁰, apesar das restrições impostas pelas autoridades, que praticamente repetiram as disposições policiais de 1933.⁵¹ Em 1949, o Diário de Luanda comentou que os “batuques dos indígenas da vasta zona dos musseques desceram às ruas da Baixa”, após terem sido proibidos de fazê-lo por 15 anos.⁵²

Em 1950, o Diário de Luanda organizou um “concurso folclórico carnavalesco” de “danças indígenas” na Estrada da Circunvalação, iniciando-se na Rotunda, ao lado do Bairro Operário.⁵³ Talvez sob o estímulo desta iniciativa, autoridades promoveram, ao longo de toda a década, uma

de Luanda, Luanda, 24 fev. 1941, p.3; Batuques. *Diário de Luanda*, Luanda, 8 mar. 1942, p.1; O Carnaval em Luanda. *Diário de Luanda*, Luanda, 4 mar. 1946, p.6; O Carnaval em Luanda. *Diário de Luanda*, Luanda, 6 mar. 1946, p.6; Carnaval de 1947. *Diário de Luanda*, Luanda, 16 fev. 1947, p.6.

⁴⁵ Reportagem relâmpago. Como nós vimos o Carnaval nas salas e nas ruas. *A Província de Angola*, Luanda, 5 mar. 1935, p.3.

⁴⁶ A avenida Brito Godins separava o bairro das Ingombotas, no limite da zona urbanizada, do Maculusso, pertencente à zona dos musseques. AMARAL, Ilídio do. *Luanda. Estudo de geografia humana*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968, p.103.

⁴⁷ Ecos do Carnaval. *A Província de Angola*, Luanda, 7 mar. 1935, p.2.

⁴⁸ NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1951)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.133-135.

⁴⁹ O Bairro Operário surgiu após a Primeira Guerra Mundial, no alto das Barrocas, uma região de fronteira entre o “asfalto” e os musseques. Seus primeiros moradores foram operários do Caminho de Ferro de Luanda e da Conduta de Água. Com a expropriação das zonas centrais para a formação de áreas residenciais para colonos, famílias tradicionais de Luanda, assimiladas “de fato” ou “de direito”, se deslocaram para o Bairro Operário, sobretudo na década de 1930, convivendo com segmentos menos favorecidos. Nessa época, embora composto por casas simples, muitas delas de madeira com telhado de zinco, o bairro contrastava com os musseques vizinhos, sobretudo pelo alinhamento das casas e pela limpeza das ruas. Entre os anos 1950 e 1960, o Bairro Operário teve grande importância na formação da música e na agitação anticolonial luandense. SANTOS, Jacques Arlindo dos. *ABC do Bê Ó*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2012, p.37-49.

⁵⁰ Quatro dias de folgança... Como se brincou o Carnaval nas ruas e nalgumas salas das sociedades de recreio da capital. *A Província de Angola*, Luanda, 28 fev. 1936, p.3.

⁵¹ O trânsito na cidade. *A Província de Angola*, Luanda, 24 fev. 1936, p.1.

⁵² Dia a Dia. Tradição continuada em dia de Carnaval. *Diário de Luanda*, Luanda, 1 mar. 1949, p.1.

⁵³ O Carnaval. Recordando... o que se passou em 1937. *Diário de Luanda*, Luanda, 7 fev. 1950, p.1.



valorização dos desfiles carnavalescos, contribuindo para a construção de um discurso que ressaltava seu caráter supostamente pacífico e sua “beleza folclórica”. Os desfiles carnavalescos dos anos 1950 foram referidos, pelo antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, como “danças de cipaio”.⁵⁴ Soldados nativos, agentes da autoridade colonial, incentivavam os habitantes dos musseques a organizar grupos e desfiles carnavalescos, que participavam de concursos na Baixa.

Esse estímulo às danças deve ser compreendido à luz do discurso lusotropicalista, inspirado nas ideias do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que foi encampado e popularizado pelo regime salazarista, em resposta às pressões internas – sobretudo pelo avanço dos movimentos de libertação nas colônias – e externas – na Organização das Nações Unidas – pela descolonização.⁵⁵

A teoria lusotropical, no entanto, precisava ser acompanhada de medidas que simbolizassem o suposto caráter benevolente do colonialismo português. Uma dessas medidas foi a mudança da designação das colônias, que em 1951 passaram a ser oficialmente denominadas províncias ultramarinas. Outra foi a revogação do Estatuto do Indigenato, dez anos depois, motivada pela eclosão da guerra anticolonial em Angola. É possível sugerir, ainda, que o incentivo governamental aos desfiles carnavalescos, na Luanda dos anos 1950, fazia parte do esforço para transmitir uma representação generosa, positiva e lusotropical do colonialismo português, para a qual a imagem alegre e festiva atribuída aos africanos, expressa na música e na dança, poderia contribuir.

De acordo com Ruy Duarte de Carvalho, os agrupamentos carnavalescos foram proibidos de desfilar no início da década de 1960, após a eclosão das ações armadas contra o colonialismo⁵⁶. Roldão Ferreira, por sua vez, afirma que os desfiles foram proibidos entre 1961 e 1963, reaparecendo entre 1964 e 1974. Segundo o autor, nesse período os agrupamentos muitas vezes ludibriavam a vigilância dos fiscais do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), que abrigava agentes da polícia política portuguesa (PIDE/DGS), criando canções afinadas com o projeto nacionalista e independentista.⁵⁷

Também reforçando a relação entre manifestações culturais e a luta independentista, diferentes autores apontam a influência dos desfiles carnavalescos das décadas de 1940 e 1950 na formação da

⁵⁴ CARVALHO, Ruy Duarte de, op.cit., p.236.

⁵⁵ Para uma análise da adoção do discurso lusotropicalista pelo regime, ver CASTELO, Claudia. “*O modo português de estar no mundo*”. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999, p.87-101. Sobre a popularização do discurso lusotropicalista em Portugal, ver CARDÃO, Marcos. A juventude pode ser alegre sem ser irreverente. O Concurso Yé-Yé de 1966-67 e o luso-tropicalismo banal. DOMINGOS, Nuno e PERALTA, Elsa (org.). *A Cidade e o império*. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 319-359.

Sobre o avanço dos movimentos de libertação na década de 1950, ver BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos juntos*”. O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Luanda: Kilombelombe, 2008, v.1, p.63.

⁵⁶ CARVALHO, Ruy Duarte de, op.cit., p.236.

⁵⁷ FERREIRA, Roldão, op.cit., p.40.



moderna música angolana, expressa no surgimento de grupos musicais que tocavam instrumentos tidos como tradicionais, entoavam, em quimbundo, canções críticas à dominação colonial e acabaram por definir o semba como ritmo nacional angolano.⁵⁸

Considerações finais

Desde meados do século XIX, e pelo menos até a década de 1950, a imprensa luandense registrou a existência de desfiles carnavalescos. Inicialmente os grupos eram formados e desfilavam nas zonas centrais, onde residiam os africanos e a diminuta parcela de europeus que viviam na cidade. A partir da década de 1920, e sobretudo nos anos 1930, a expropriação da região do centro para a formação de bairros destinados aos europeus empurrou os africanos, e suas agremiações, para as periferias. Acompanhando, dia a dia, este processo, a imprensa passou a referir-se, com frequência, ao “carnaval dos musseques”, não só porque os agrupamentos eram majoritariamente formados nesses bairros, mas também porque as autoridades empreenderam esforços para impedir os desfiles nas zonas centrais. A história dos agrupamentos carnavalescos, especialmente no que diz respeito às relações entre foliões e autoridades, expressa expropriações, conflitos e negociações decorrentes da situação colonial.

Os comentários sobre os desfiles, tendentes à generalização dos agrupamentos, nas décadas de 1930 e 1940, como “danças indígenas”, eram balizados pelo racismo, por concepções de exotismo ou pelos pressupostos do folclore, revelando visões de mundo dos jornalistas, resultantes, em grande medida, da ideologia e do lugar que ocupavam no ambiente colonial. Influenciados por tendências estéticas e discursivas de cada momento, os textos jornalísticos também expressam estilos, inclinações e preferências pessoais. Embora sejam, majoritariamente, representações exteriores ao universo que pretendem retratar, permitem, ao historiador cuidadoso, ter acesso a elementos de uma prática cultural importante para os africanos.

⁵⁸ WEZA, José. *O percurso histórico da música urbana luandense*. Subsídios para a história da música angolana. Luanda: SOPOL, 2007, p.30; MOORMAN, Marissa J. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Athens: Ohio University Press, 2008, p.56-80; ALVES, Amanda Palomo. “*Angolano segue em frente*”: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, p.59-100; KUSCHICK, Mateus Berger. *Kotas, mamás, mais velhos, pais grandes do semba*: a música angolana nas ondas sonoras do Atlântico Negro. Tese de Doutorado em Música. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016, p.37-40; GOMES, Pedro David. *Lazer, cultura popular e colonialismo em Luanda*. Sociabilidades e resistências translocais numa história sobre música e automóveis (1957-1975). Tese de Doutorado em Sociologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020, p.235-244; REIS, Alexandre. “*Isso é muito africano*”. Diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil (1950-1980). Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021, p.24; SILVA, Landirléya e NASCIMENTO, Washington Santos. União Operária Kabokomeu: do Sambizanga ao carnaval de Luanda. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de e ADOUR, Andrea (org.). *Sons de África e da diáspora atlântica*: história, musicologia e interfaces. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2023, p.190.



Estes últimos atribuíam sentidos próprios aos desfiles. Os componentes dos agrupamentos aproveitavam o carnaval para se divertir, para debochar dos detentores do poder, para tomar simbolicamente a cidade, para dialogar com intelectuais e autoridades, para afirmar o seu valor. Com suas danças e batuques, mapeavam o espaço urbano e suburbano, definindo territórios significativos, itinerários, aliados e rivais. Seus cortejos expressavam formas próprias de apropriação de trajes, insígnias e objetos de origem europeia, associados a concepções genéricas de civilização e modernidade. Mesmo quando não expressavam críticas diretas à dominação colonial, manifestavam formas de “agência africana”, tão múltiplas e heterogêneas quanto o universo social em que elas surgiam.⁵⁹ O “som surdo do Tan-Tan”, que ecoava primeiro nos musseques, teimava em se espalhar pela cidade, ferindo ouvidos brancos, seduzindo outros, até enfim ficar registrado, mesmo que distorcido, em páginas amareladas de velhos jornais.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Amanda Palomo. “*Angolano segue em frente*”: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.
- AMARAL, Ilídio do. *Luanda*. Estudo de geografia humana. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968.
- AZEVEDO, Elisa Dias Ferreira de. *O complexo cultural luandense oitocentista*. Reflexões sobre o papel da religião católica na conformação dos filhos da terra. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BENDER, Gerald. *Angola sob domínio português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BIRMINGHAM, David. Carnival at Luanda. *The Journal of African History*, v.29, n.21, p.93-103.

⁵⁹ Embora Roldão Ferreira defenda que, entre 1964 e 1974, os desfiles apresentavam canções críticas à dominação colonial (ver nota 56), Oscar Ribas menciona, entre as músicas entoadas pela Cidrália, importante agremiação carnavalesca da década de 1930, uma que louvava o ditador português António de Oliveira Salazar e o presidente Óscar Carmona: “Viva / Viva a Cidrália / Viva Carmona / Viva Salazar / Adeus Cidrália! / Cantemos a marcha portuguesa / Viva a glória da Cidrália!” (Óscar Ribas. *Izomba*, op.cit., p.109). É provável que esta canção tenha sido entoada em 1935 ou 1938, em uma das visitas presidenciais a Angola, demonstrando que os desfiles expressavam não apenas formas de resistência mas, também, estratégias de negociação com as autoridades.



- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos juntos*”. O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Luanda: Kilombelombe, 2008, v.1.
- BITTENCOURT, Marcelo. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). *Análise Social*, n. 225, 2017.
- CARDÃO, Marcos. A juventude pode ser alegre sem ser irreverente. O Concurso Yé-Yé de 1966-67 e o luso-tropicalismo banal. DOMINGOS, Nuno e PERALTA, Elsa (org.). *A Cidade e o império*. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 319-359.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Ana A Manda*. Os filhos da rede. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- CASTELO, Claudia. “*O modo português de estar no mundo*”. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.
- COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão: imperialismo e mão-de-obra livre na África.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. *Anos 90*, v. 15, n. 27, jul. 2008.
- DIAS, Jill. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.1, jan.-jun.1984.
- FERREIRA, Roldão. *Carnaval. A maior festa do povo angolano*. Luanda: Ministério da Cultura / Instituto Nacional da Indústrias Culturais, 2015.
- FERREIRA, Roquinaldo. Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860). *Afro-Ásia*, n.21-22, 1998-1999, p. 9-44.
- FREUDENTHAL, Aida. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.8 e 9, jan.-dez. 1988.
- GOMES, Pedro David. *Lazer, cultura popular e colonialismo em Luanda*. Sociabilidades e resistências translocais numa história sobre música e automóveis (1957-1975). Tese de Doutorado em Sociologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



- KUSCHICK, Mateus Berger. *Kotas, mamás, mais velhos, pais grandes do semba: a música angolana nas ondas sonoras do Atlântico Negro*. Tese de Doutorado em Música. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- LOPO, Julio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- LOURENÇO, João Pedro. A dinâmica e o estatuto dos jornalistas em Angola no período da “*Imprensa Livre*” (1866-1923). Comunicação apresentada na União dos Escritores Angolanos em 14 abr. 2004. Disponível em:
[academia.edu/39068891/A_dinamica_e_o_estatuto_dos_jornalistas_em_Angola_no_periodo_da_Imprensa_Livre_1866_1923]. Acesso em: 17 out. 2023.
- MARZANO, Andrea. “O que não é segredo não se pode descobrir”. A imprensa e o cotidiano colonial em Luanda. *Africana Studia*, n.30, jul.-dez. 2018, p.87-89.
- MARZANO, Andrea. “Nossa dança, nossos pais, nossos filhos”. Apontamentos para uma história social do carnaval luandense. *Revista TEL*. Tempo, Espaço, Linguagem, v.7, n.2, jul.-dez. 2016.
- MELO, A. Borges de. *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Rio de Janeiro: Mundinter, 1985.
- MENESES, Maria Paula G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. *E-Cadernos CES*, 2010.
- MOORMAN, Marissa J. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Athens: Ohio University Press, 2008.
- MORENO, Helena Wakim. *Voz de Angola Clamando no Deserto*. Protesto e Reivindicação em Luanda (1881-1901). Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1951)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 1997, p.327-359.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- PAIVA, Felipe. O conceito de resistência na África Colonial: recompondo um paradigma. *Anos 90*, v.26, 2019.



- PAULO, João Carlos. Da educação colonial portuguesa ao ensino no Ultramar. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (org.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, v.1.
- PEREIRA, Matheus Serva. *Grandiosos batuques*. Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020.
- REDINHA, José. O carnaval de Luanda. Curiosa tradição a manter e valorizar. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, n.30, 1971, p. 5-7.
- REDINHA, José. A tradição carnavalesca de Luanda. *Loanda*. Boletim do grupo “Amigos de Luanda”, ano III, n. 9, 1970, p. 12 -14.
- REDINHA, José. O carnaval de Luanda. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, n.22, 1969, p. 21- 22.
- REIS, Alexandre. “*Isso é muito africano*”. Diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil (1950-1980). Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.
- RIBAS, Óscar. *Izomba*. Associativismo e recreio. Luanda: Tipografia Angolana, 1965.
- RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880-1910): convergência e autonomia*. Dissertação de Mestrado em História de África. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.
- RODRIGUES, Eugénia. *A geração silenciada*. A Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Eduardo Estevam. Imprensa, raça e civilização: José de Fontes Pereira e o pensamento intelectual angolano no século XIX. *Afro-Ásia*, n. 61, 2020, p. 118-157.
- SANTOS, Jacques Arlindo dos. *ABC do Bé Ó*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2012.
- SILVA, Landirléya e NASCIMENTO, Washington Santos. União Operária Kabokomeu: do Sambizanga ao carnaval de Luanda. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de e ADOUR, Andrea (org.). *Sons de África e da diáspora atlântica: história, musicologia e interfaces*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2023.
- TORRES, Adelino. *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O Estatuto do Indigenato*. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006.
- WEZA, José. *O percurso histórico da música urbana luandense*. Subsídios para a história da música angolana. Luanda: SOPOL, 2007.
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.



Documentação Oficial:

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas e Regulamento do Cemitério do Município de Luanda*. Luanda: Tipografia Mercantil, 1871, p.40.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas*. Luanda: Imprensa Nacional, 1913.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA. *Código de Posturas e regulamento de administração e polícia municipal na área de postos civis no Concelho de Luanda*. Tabela dos rendimentos municipais a cobrar na área dos mesmos postos. Aprovados por Acórdão do Conselho da Província, nº 78, de 1 de julho de 1918. Luanda: Imprensa Nacional, 1917-1918, p.16.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto nº 12.533, de 23 de outubro de 1926, que estabeleceu o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto nº 16.473, de 6 de fevereiro de 1929, que estabeleceu *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954, que promulgou o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

Jornais citados:

O Carnaval. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Luanda, 28 fev. 1857, p.2.

A Reforma, Luanda, 1 dez. 1910, p.1.

L.C. Crônica do Carnaval. *A Reforma*, Luanda, 4 mar. 1911, p.3.

A Reforma, Luanda, 17 fev. 1912, p.1.

O Carnaval. Terça feira gorda. *A Província de Angola*, Luanda, 1 mar. 1933, p.2

Última Hora, Luanda, 12 jan. 1935, p.1.

V.H. A minha zagaia. O Carnaval. *Última Hora*, Luanda, 5 mar. 1935.

Reportagem relâmpago. Como nós vimos o Carnaval nas salas e nas ruas. *A Província de Angola*, Luanda, 5 mar. 1935, p.3.

Ecos do Carnaval. *A Província de Angola*, Luanda, 7 março. 1935, p.2.

Quatro dias de folgança... Como se brincou o Carnaval nas ruas e nalgumas salas das sociedades de recreio da capital. *A Província de Angola*, Luanda, 28 fev. 1936, p.3.

O trânsito na cidade. *A Província de Angola*, Luanda, 24 fev. 1936, p.1.



As nossas iniciativas. O Carnaval não morreu! O Diário de Luanda promove por ocasião do Entrudo interessantes festas de beneficência. *Diário de Luanda*, Luanda, 4 jan.1937, p.1.

O Carnaval dos musseques. *Diário de Luanda*, Luanda, 27 fev. 1938, p.2.

Violenta desordem. *Diário de Luanda*, Luanda, 24 jan. 1939, seção Pela Cidade, p.4.

Efeitos do Carnaval. *Diário de Luanda*, Luanda, 7 fev. 1940, seção Pela Cidade, p.4.

O carnaval em Luanda. *Diário de Luanda*, Luanda, 24 fev. 1941, p.3.

Batuques. *Diário de Luanda*, Luanda, 8 mar. 1942, p.1.

Diário de Luanda, Luanda, 7 fev. 1945, p.3.

O Carnaval em Luanda. *Diário de Luanda*, Luanda, 4 mar. 1946, p.6.

Carnaval de 1947. *Diário de Luanda*, Luanda, 16 fev. 1947, p.6.

Diário de Luanda, Luanda, 17 de mar. 1947, p.6.

Dia a Dia. Tradição continuada em dia de Carnaval. *Diário de Luanda*, Luanda, 1 mar. 1949, p.1.

O Carnaval. Recordando... o que se passou em 1937. *Diário de Luanda*, Luanda, 7 fev. 1950, p.1.

Tribuna dos Musseques, Luanda, 20 fev. 1969, p.11.

O País, Luanda, 02 jul. 2021, p.24.